

206
jul

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

ATA 05/84

001. Aos sete dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e qua-
002. tro, às quatorze horas e trinta minutos, no Gabinete do Reitor,
003. realizou-se uma Reunião Ordinária do Conselho Coordenador do En-
004. sino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE -, convocada e presidi-
005. da pela Profª Clinéa Campos Langlois, Vice-Reitora desta Insti-
006. tuição. Estavam presente os seguintes Conselheiros: Prof. Ruy
007. Brasil Barbedo Antunes, Prof. Eduardo Allgayer Osório, Prof. Ru-
008. bens Bellora, Prof. Elio Kersten, Prof. Silvio Brauch, Profª.
009. Carmen Anselmi Duarte da Silva, Prof. Claudio Borba Gomes, -
010. Profª. Antonina Zulema D'Avila Paixão e o Acadêmico Mauricio
011. Echert. Deixou de comparecer a Profª. Elide Minioni e a Acadêmi-
012. ca Maria Rosilaine Romero. Havendo número legal de Conselhei-
013. ros, a Senhora Presidente deu por aberta a sessão, passando de
014. imediato a ORDEM DO DIA - ITEM I - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO
015. ANTERIOR - ATA 04/84 - Colocada em votação foi a mesma aprovada
016. pela maioria, com a solicitação da Conselheira Carmen Anselmi
017. Duarte da Silva de que se coloque à página 11, linha 583, o
018. adendo feito pelo Conselheiro Rubens Bellora: O Conselheiro Ru-
019. Bens Bellora disse que é indiscutível a capacitação e competên-
020. cia da Profª Gilda Corrêa Meyer Russomano, no sentido de desen-
021. volver o trabalho proposto, pois o seu saber é público e notó-
022. rio, assim como sua auto-projeção dentro desta área. A obra que
023. está se propondo a escrever, viria enriquecer a bibliografia no
024. que tange ao Direito Internacional. Vê que o programa que pre-
025. tende desenvolver é exatamente aquele programa que é lecionado
026. na Faculdade de Direito. Disse ainda o Conselheiro que em con-
027. versa que tem tido com os integrantes deste Departamento estes
028. demonstraram o grande interesse que teria para a disciplina a
029. elaboração de um livro nos termos em que foi proposto. A reque-
030. rente juntou o plano da obra ao programa das disciplinas de Di-
031. reito Internacional Público I e II referindo-se também que a -
032. disposição de vários capítulos se desdobrará em forma de abran-
033. ger "in totum" o programa de Direito Internacional. Parece que
034. seria uma grande contribuição que se prestaria a disciplina de
035. Direito Internacional uma execução da obra nos termos em que
036. está sendo proposto. É favorável ao deferimento da pretensão,
037. entendendo que esta obra trará contribuições, principalmente pa-
038. ra a Faculdade de Direito no que tange ao ensino. A seguir a
039. Conselheira Carmen Anselmi Duarte da Silva solicitou a palavra
040. esclarecendo que tinha uma questão de ordem a ser levantada,
041. dizendo que examinando o Regimento, no item que se refere ao
042. funcionamento dos Conselhos, percebeu que existem alguns artigos
043. que tratam da convocação das reuniões do Conselho e da própria
044. Ordem do Dia. No que se refere ao item que aparece na convoca-
045. ção "Processos em poder dos relatores" estes, às vezes, incluem

HK

207
Jul

matérias que são de grande importância e que talvez deversem
constar na Ordem do Dia de forma mais explícita, citando co
mo exemplo a criação de novos cursos que foi tratada na reu
nião anterior. O mesmo acontecendo com a eleição do repre-
sentante do COCEPE no Conselho Universitário, que não consta
va da Ordem do Dia. Citou a Conselheira o Art. 29 § 2º do Re-
gimento, dizendo que o mesmo é bastante explícito. Fundamen-
ta sua solicitação no fato dos Conselheiros quando vierem pa-
ra a reunião estarem informados e sabendo dos assuntos que
irão discutir. De mesma opinião é o Conselheiro Maurício -
Echert, que acha importante constar da Ordem do Dia os assun-
tos relevantes que se discutirão. A Senhora Presidente disse
que para as próximas convocações procurar-se-á ser mais deta-
lhada. 2. VETO DO REITOR - A SOLICITAÇÃO DA PROFª. GILDA CORRÊA MEYER RUSSOMANO - A Senhora Presidente fez um breve rela-
to aos Conselheiros sobre o expediente que chegou ao COCEPE,
oriundo da Faculdade de Direito, referente à solicitação for-
mulada pela Profª. Gilda Corrêa Meyer Russomano, no sentido
de afastar-se das atividades docentes, pelo prazo de um ano,
com a finalidade de elaborar obra que sirva de texto para o
ensino do Direito Internacional Público. O referido processo
posteriormente foi encaminhado a Pró-Reitoria de Extensão,
para dar parecer, sendo o mesmo aprovado pelo COCEPE em reu-
nião do dia 23.04.84 e, finalmente, foi o mesmo encaminhado
ao Magnífico Reitor para tomar ciência. O Magnífico Reitor -
através do Ofício nº 272/84, encaminhou ao Presidente do
COCEPE o seguinte: Senhora Presidente. Devolvo-lhe o proces-
so nº 23110.001550/84, que me foi entregue para conhecimen-
to. Informo-lhe que, após detida análise, resolvi fazer uso
da prerrogativa que me confere o artigo 60, do Regimento Ge-
ral, VETANDO de forma total a decisão desse Colendo Colegia-
do que concede a licença pleiteada pela Professora Gilda Ma-
ciel Corrêa Meyer Russomano na forma do artigo 227, inciso
II, do Regimento. Minhas razões são motivadas em fatores que
julgo relevantes no deferimento de pedidos dessa natureza, e
quer, me parece, não foram tomadas em consideração pelos -
ilustrados Conselheiros, no caso específico da docente em
questão. Passo, pois, a expô-los e fundamentá-los. I - Diz
o inciso II, do artigo 227, que "... integrantes da carreira
do magistério poderão afastar-se das atividades docentes pe-
lo prazo" (grifei) Por seu turno, a resolução nº 05/80,
em seu art. 1º, do Egrégio Conselho Universitário, esclarece
o que sejam "atividades docentes". Ora, quero crer que até
mesmo por um exercício elementar de lógica e bom-senso, só
se pode afastar das atividades docentes quem as estava efeti-
mente exercitando. A professora Gilda está afastada das ati-
vidades docentes na Universidade, desde o ano de 1974, encon-
trando-se à disposição do Ministério das Relações Exteriores
a partir de 1975 (cfe. dá conta o Departamento de Recursos
Humanos). O aludido artigo 1º, da Resolução nº 05/80, em seu
inciso III, estabelece que também são consideradas como ati-
vidades do magistério "as inerentes à direção e assessoramen-
to exercidas por professores na própria instituição ou em
órgãos do Ministério da Educação e Cultura" (grifei). Portan-
to, a meu ver, resulta impossível conceder-se a licença pre-

208
jul

101.vista no artigo 227, II a quem não se encontra exercendo ativi-
102.dades de magistério há 10 anos, e atuando no Ministério das Re-
103.lações Exteriores. II - Outro Motivo que reputo do mais alto -
104.significado e que me leva à decisão de vetar a resolução do
105.COCEPE, é o fato de que pedido de cedência pelo período de mais
106.um (1) ano - que implica, em última análise, afastamento da Uni-
107.versidade -, pelo Ministério das Relações Exteriores, negado, -
108.foi motivo de interposição de recurso ao Conselho Universitário
109.pela requerente e acha-se, no momento, em tramitação naquele ór-
110.gão, pendente de decisão; "sub judice", portanto. Conforme pode
111.rão os membros desse Colegiado observar do processo referido, -
112.cujas cópias das peças me permito juntar, o prolongado afasta-
113.mento da professora Gilda sempre foi eivado de irregularidades,
114.e, assim, não restou ao Reitor outra alternativa senão negar a
115.prorrogação da cedência, sob pena de abrir sérios precedentes,
116.de irreparáveis danos ao equilíbrio da Instituição. Ora, vir
117.agora a docente em questão ainda que elegando outro motivo e
118.se estribando em legislação diversa, solicitar a outro órgão su-
119.prior licença para se afastar da Universidade, de (de onde es-
120.tá afastada há longo tempo) pelo mesmo período anteriormente re-
121.querido. Parece-me ponto pacífico que o Colendo Conselho Coordê-
122.nador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão não se pode anteci-
123.par a uma decisão afeta ao Egrégio Conselho Universitário, or-
124.gão colegiado máximo da Universidade. A questão envolve o mesmo
125.mérito, ainda que com finalidades diversas: O afastamento da
126.Universidade. Seria, pois, uma flagrante usurpação de poderes.
127.A Universidade necessita do concurso da professora Gilda Russo-
128.mano, insigne jurista que, com sua bagagem cultural adquirida
129.ao longo desses anos poderia e deveria reassumir suas funções
130.no Departamento a que pertence, colaborando assim no engrandeci-
131.mento de nossa UFPEL. III - Por derradeiro, interpreto que o
132.benefício do artigo 227, II (se benefício pudesse se denominar
133.tão importante compromisso) se destina àqueles professores que,
134.em seu longo exercício docente na Universidade, movidos pela ca-
135.rência de compêndio didáticos a servir suas disciplinas desejas-
136.sem emprestar sua contribuição à sua Universidade, preparando
137.uma obra que servisse de texto para o ensino. É oportuno ressal-
138.tar a obrigação do autor em ceder os direitos autorais da obra
139.à Universidade. Isto, tacitamente, implica em compromissos, tam-
140.bém, da Universidade em publicar o livro texto. Ora, esse com-
141.promisso a Universidade, no momento, não se sente em condições
142.de assumir, até mesmo porque - e conforme informa a própria re-
143.querente - já existem vários compêndios sobre o tema os quais,
144.evidentemente, não tem particularidades regionais (Direito In-
145.ternacional Público). Não é, assim, matéria de urgente necessi-
146.dade, de molde a obrigar a Universidade a comprometer recursos
147.em sua preparação e publicação. Não é demais esclarecer que não
148.coloco em julgamento nem por um instante, a elevada capacidade
149.e o alto grau de conhecimento da requerente, e, certamente, mer-
150.cê dessas qualidades teríamos a produção de uma obra didática
151.importante e valiosa. E que, igualmente, não faltariam editores
152.interessados em sua publicação, tal como tem ocorrido com ou-
153.tros professores da Universidade, os quais, sem prejuízo de
154.suas atividades docentes, tem dado importantes contribuições -
155.sob a forma de edição de obras didáticas. Por fim, repito o que

209
jul

156. expressei na contestação do recurso interposto ao Egrégio Con-
157. selho Universitário: quisesse a professora Gilda, estatutária,
158. acompanhar seu cônjuge, Ministro do Superior Tribunal do Traba-
159. lho, com sede em Brasília, se poderia valer do permissivo le-
160. gal expresso no art. 115 do Estatuto dos Funcionários Públicos
161. da União. Apresento aos membros desse Egrégio Colegiado meu
162. respeito e consideração. Prof. José Emilio Gonçalves Araujo, -
163. Reitor. A Senhora Presidente colocou a matéria em discussão. O
164. Conselheiro Rubens Bellora disse que com todo o respeito ao
165. pronunciamento do Magnífico Reitor, gostaria de fazer algumas
166. observações iniciais a respeito do veto. Quando o Magnífico -
167. Reitor se refere ao Inciso 1º do veto - por um exercício ele
168. mentar de lógica e bom-senso, só se pode afastar das ativida-
169. des docentes quem as estava efetivamente exercendo - parece -
170. que se poderia dizer é que a professora pretende é o afastamen-
171. to após a licença que está gozando, conforme ela se refere à
172. fls. 02 do requerimento, onde anuncia que está em licença espe-
173. cial de fevereiro próximo até 26 de junho e que esta licença -
174. que está solicitando neste momento, é a partir daquela data. -
175. Evidentemente que ela só entrará em licença, quando reassumir
176. as funções docentes. A professora requerente não deixa de ser
177. um docente da Universidade. Atualmente ela encontra-se em li-
178. cença especial prevista em lei e a partir desta data (26.06),
179. em que reassumira as funções docentes, passaria a entrar em
180. licença para escrever a obra. Outro aspecto que o Magnífico
181. Reitor se refere em sua fundamentação do veto, diz respeito
182. que o COCEPE estaria decidindo sobre matéria que está "sub ju-
183. dice" no Conselho Universitário. Diz o Conselheiro que há um
184. certo equívoco, porque o processo que está em grau de recurso
185. no Conselho Universitário, desta mesma professora, se refere
186. ao pedido de cedência para o Instituto Rio Branco. O recurso
187. que a professora faz ao Conselho Universitário é no sentido de
188. que as normas procedimentais não teriam sido obedecidas, isto
189. é, parecer da Chefia do Departamento, Conselho Departamental e
190. depois o COCEPE, este sim seria o trâmite legal, quando o pro-
191. cesso foi indeferido liminarmente pelo Magnífico Reitor. A ma-
192. téria em discussão é diferente. Um pedido se refere a cedência
193. para um organismo, o outro é o pedido para escrever um livro.
194. A cedência foi indeferida a requerente inconformada recorre ao
195. Conselho Universitário, quanto ao aspecto procedimental, se-
196. quer entra no mérito; neste outro processo a professora quer
197. escrever um livro. No tocante as considerações que o Magnífico
198. Reitor levanta relativamente a obra, disse o Conselheiro que
199. em outra reunião já se referiu a respeito, dizendo que este
200. texto é de grande importância para nossos estudantes, uma vez
201. que não existe bibliografia especializada e esta é uma obra
202. que abrange em sua totalidade os pontos do conteúdo programáti-
203. co de Direito Internacional Público. Nesta obra proposta, o
204. plano de trabalho abrange a totalidade dos pontos. O Conselhei-
205. ro disse ainda que a referida professora encontra-se no momen-
206. to em licença especial. O Conselheiro Eduardo Allgayer Osório
207. disse que não está suficientemente informado a respeito. Acha
208. que a dificuldade é que a relatora do assunto está ausente. Su-
209. geriu aos Conselheiros que este assunto fosse entregue a Comis-
210. são que fez o estudo, para que esta trouxesse todos os subsí-

20
Out

11. dios e, que a partir destes subsídios, pudessemos tomar uma po-
12. sição. O Conselheiro Ruy Brasil Barbedo Antunes disse que o
13. COCEPE delibera mediante parecer, através de suas Comissões Per-
14. manentes ou através de Comissões Temporárias. Disse que a idéia
15. do Conselheiro Eduardo Allgayer Osório é válida, o assunto de-
16. ve ser estudado com mais profundidade, entretanto, é de opinião
17. que não deve retornar a Comissão de Extensão, pois o assunto -
18. deixou de ser extensão, achando que o que deve-se fazer é uma
19. Comissão Especial deste Conselho para que estude o assunto e dê
20. um parecer sobre o veto apostado pelo Reitor à decisão do COCEPE.
21. O Conselheiro Eduardo Allgayer Osório disse que realmente este
22. assunto deve ser bem estudado. Disse ainda que se colocado em
23. votação nesta reunião não se sente em condições de votar dizen-
24. do, inclusive, que irá se abster de votar. O Conselheiro disse
25. que desconhece as normas que disciplinam este assunto, argüindo
26. se há prazos para o veto e até que ponto estes prazos interferi-
27. riam na sua sugestão. A Senhora Presidente disse que a sua dúvi-
28. da se refere a existência de prazo para dar uma solução, pois
29. ao Reitor cabe vetar em cinco dias. O Conselheiro Rubens Bello-
30. ra disse que o assunto é muito importante, no entretanto as
31. dificuldades podem ser discutidas, e serão três pontos básicos:
32. a) atividade docente, b) COCEPE estaria se antecipando a deci-
33. são do Conselho Universitário, c) dificuldades de publicação da
34. obra. O Conselheiro acha que estes itens devem ser debatidos -
35. nesta reunião. O assunto foi amplamente debatido, sendo que a
36. Senhora Presidente, ao final dos debates, disse que o assunto
37. já estava demasiadamente elucidado e que os Conselheiros presen-
38. tes, em sua maioria, já tinham condições de votar sobre o assun-
39. to. Colocado em votação a sugestão do Conselheiro Eduardo All-
40. gayer Osório, de formar uma Comissão do COCEPE para examinar o
41. assunto, teve a seguinte votação: de acordo com a Comissão: qua-
42. tro votos; decisão nesta reunião: seis votos. O Conselheiro Edu-
43. ardo Allgayer Osório solicitou a palavra e pediu vistas ao Pro-
44. cesso, para poder examinar em vista de não concordar com os fa-
45. tos que agora estão em exame se são os mesmos que foram examina-
46. dos no último relato da Conselheira Elide Minioni. O Conselhei-
47. ro Ruy Brasil Barbedo Antunes disse que crê que há uma norma re-
48. gimental contra as vistas, tem que ser o pedido aprovado pela
49. maioria, dizendo ainda o Conselheiro que votara nesta reunião
50. contra o pedido de vistas. A matéria foi novamente debatida en-
51. tre os Conselheiros, esgotado em sua discussão foi colocado em
52. votação o pedido de vistas, sendo apurados dois votos a favor
53. do pedido e oito votos contra o pedido. Com este resultado foi
54. rejeitado o pedido de vistas. Em vista da rejeição do pedido
55. de vistas, a Senhora Presidente colocou em discussão o veto do
56. Reitor, solicitando que os Conselheiros discutissem a sua expo-
57. sição e sua fundamentação, baseada em três itens, conforme -
58. transcrição à fls. 02 e 03 da referida Ata. Foram todos estes
59. itens debatidos entre os Conselheiros presentes. Como a matéria
60. em discussão ficou esgotada, a Senhora Presidente disse que os
61. Conselheiros já estavam aptos para votarem a respeito do veto,
62. sobre a sua aprovação ou não. Esclareceu ainda aos Conselheiros
63. que a votação seria secreta conforme prevê o Regimento. Convi-
64. dou os Conselheiros Silvio Brauch e Antonina Zulema D'Avila Pai-
65. xão para procederem a apuração dos votos, que tiveram o seguin-

H

266.te resultado: Sim, quatro votos; não, cinco votos; em branco,
267.um voto. Com o resultado da votação, a Senhora Presidente dis-
268.se que o veto do Magnífico Reitor é mantido. RELATOR - COMIS-
269.SÃO DE CONCURSO - 1. PROCESSO Nº 23110.000321/84-0 - FACULDADE
270.DE MEDICINA - Departamento de Clínica Médica - O referido pro-
271.cesso baixou em diligência a Faculdade de Medicina para aten-
272.der a parte final do § 2º do art. 3º da Portaria 128 de 30.03.
273.83. A Unidade de origem informou que o programa elaborado aten-
274.de mais de uma disciplina do Departamento de Clínica Médica. T
275.Em vista do cumprimento da solicitação, a Comissão de Concurso
276.dá parecer favorável a homologação dos tipos de Provas (fls.4)
277.e Programas (fls.5). Colocado em discussão o parecer da Comis-
278.são de Concurso, foi o mesmo aprovado. 2. PROCESSO Nº 23110.00
279.2505/84-0 - PAULO ROBERTO B. DE MELLO - Encaminha expediente
280.ao COCEPE solicitando parecer sobre a pretensão de ser conside-
281.rado especialista de alta qualificação em Educação Física, -
282.tendo em vista desejar realizar o Concurso para provimento do
283.cargo de professor titular do Departamento de Ginástica e Saú-
284.de da Escola Superior de Educação Física. O Conselheiro Rubens
285.Bellora disse que de acordo com as normas da Universidade, Re-
286.gimento Geral art. 273, o professor que pretende concorrer a
287.concurso de professor titular deverá ser titular, adjunto, li-
288.vre docente ou especialista de alta qualificação, estes últi-
289.mos pelo voto de dois terços dos integrantes do COCEPE. No §
290.2º diz que será concedido a juízo do COCEPE pelo voto de dois
291.terços de seus membros o privilégio de alta qualificação técni-
292.co-científica aos candidatos que possuírem no currículo publi-
293.cações, trabalhos científicos ou artísticos, que identifiquem
294.como especialistas de excepcional merecimento da área de conhe-
295.cimento em concurso. A Resolução 05/80 no seu art. 17 faz refe-
296.rência ao notório saber. A Comissão examinando o processo, fi-
297.cou com algumas indagações: se o momento é o momento oportuno,
298.se antes de se inscrever a pessoa deve pedir o reconhecimento
299.esta titulação, ou se por ocasião da inscrição deve ser a mes-
300.ma apreciada. Para maiores esclarecimentos dos Conselheiros, T
301.a Conselheira Carmen Anselmi Duarte da Silva leu aos Srs. Conse-
302.lheiros o art. 274 e seus parágrafos. O Conselheiro Ruy Brasil
303.Barbedo Antunes disse que o concurso deve estar em aberto, di-
304.zendo ainda que não se sabe se o concurso será nesta área. Deverá
305.ser aguardado a abertura do concurso, para que o interessado
306.requeira a titulação. A matéria em tela foi debatida entre os
307.Conselheiros e, ao final, a Senhora Presidente disse que iria
308.colocar em votação a proposição do Conselheiro Eduardo Allgay-
309.er Osório, de que a matéria seja examinada quando for aberto o
310.concurso. Foi a mesma aprovada por unanimidade. RELATOR - CO-
311.MISSÃO DE EXTENSÃO - 3. PROCESSO Nº 23110.002825/83-7 - COORDE-
312.NADORA DO CURSO DE NUTRIÇÃO - Encaminha projeto de Extensão de
313.nominado "Projeto de Nutrição Social em Comunidades Rurais." A
314.Comissão de Extensão do COCEPE emitiu parecer favorável a rea-
315.lização do projeto. Colocado em discussão o parecer da Comis-
316.são foi o mesmo aprovado. 4. PROCESSO Nº 23110.002769/83-0 -
317.FACULDADE DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS - Encaminha projeto de Exten-
318.são intitulado "Desenvolvimento das Atividades da Família na
319.Comunidade". A Comissão de Extensão do COCEPE é favorável a
320.realização do projeto. Colocado em discussão o parecer da Co-

922
Jul

321.missão foi o mesmo aprovado. 5. PROCESSO Nº 23110.002820/83-5
322.- COORDENADORA DO CURSO DE NUTRIÇÃO - Encaminha projeto deno-
323.minado "A Importância do Leite na Alimentação". A Comissão de
324.Extensão é favorável a realização do projeto. Colocado em dis-
325.cussão o parecer da Comissão foi o mesmo aprovado. 6. PROCES-
326.SO Nº 23110.000348/83-7 - FACULDADE DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS -
327.Encaminha projeto de Extensão denominado "Atuação do Economis-
328.ta Doméstico junto ao Instituto Espírita Lar de Jesus e sua
329.Comunidade". A Comissão de Extensão do COCEPE é favorável a
330.realização do projeto. Colocado em discussão o parecer da Co-
331.missão foi o mesmo aprovado. 7. PROCESSO Nº 23110.000346/83-4
332.- FACULDADE DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS - Envia projeto de Exten-
333.são denominado "Atuação do Economista Doméstico junto à Comu-
334.nidade de Coxilha dos Piégas". A Comissão de Extensão é favo-
335.rável a realização do projeto. Colocado em discussão o pare-
336.cer da Comissão foi o mesmo aprovado. OUTROS ASSUNTOS - Conce-
337.dida a palavra ao Conselheiro Rubens Bellora, este disse que
338.queria ponderar ao COCEPE sobre uma situação para a qual a
339.Conselheira Carmen Anselmi Duarte da Silva chamou atenção e
340.que diz respeito ao art. 23 § 1º do Regimento, combinado com
341.o art. 39. Disse ainda que embora tivessem sido prestados re-
342.levantes trabalhos pelo Prof. Ivo Gomes de Mattos, a esta Co-
343.missão, ele não é Conselheiro, havendo então, na Comissão de
344.Concurso, uma certa irregularidade. O Conselheiro Ruy Brasil
345.Barbedo Antunes disse que o COCEPE deve eleger um Conselheiro
346.para fazer parte da Comissão e ratificar todos os atos ante-
347.riores da Comissão de Concurso. A Senhora Presidente solici-
348.tou ao COCEPE que ratifique todas as decisões tomadas pela Co-
349.missão de Concurso, o que foi aprovado por unanimidade. A
350.seguir foi eleito por unanimidade, como novo membro da Comis-
351.são de Concurso, o Conselheiro Elio Kersten. A seguir a Senho-
352.ra Presidente disse que na próxima reunião e isto deverá cons-
353.tar especificamente da Ordem do Dia, se fará a eleição para -
354.suplente do Conselheiro Claudio Borba Gomes no Conselho Uni-
355.versitário. A Conselheira Carmen Anselmi Duarte da Silva dis-
356.se que em reuniões do COCEPE realizadas no ano anterior uma
357.das questões que suscitou discussão foi a questão do Curso de
358.Meteorologia lembrando que naquela ocasião tinha ficado resol-
359.vido que neste semestre o COCEPE promoveria um estudo sobre a
360.situação do curso, sendo que naquela ocasião o Conselheiro
361.era o discente Paulo Etchichury e o mesmo reivindicava mui-
362.to o estudo do COCEPE sobre o referido curso. A Senhora Presi-
363.dente disse que este assunto está com a Pró-Reitoria Acadêmi-
364.ca e de Assistência. O Conselheiro Ruy Brasil Barbedo Antunes
365.informou que a Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência está
366.aguardando que se faça uma Comissão para examinar o assunto,
367.achando difícil que se faça esta Comissão porque os membros
368.do COCEPE atualmente tem uma série de atribuições e que difi-
369.cilmente poderiam dispender de tempo para uma análise mais
370.aprofundada do assunto. A Conselheira Carmen Anselmi Duarte
371.da Silva pensou primeiramente que não fosse constituída uma
372.Comissão do COCEPE e sim que o COCEPE ficou comprometido de
373.promover um seminário. A Senhora Presidente disse que naquela
374.ocasião o que ficou decidido é que se faria um seminário den-
375.tro da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência. Nada mais ha-
376.vendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a

